



---

Concurso Público Internacional n.º 1/2025

"Prestação de Serviços de Gestão de Recolha e Transporte de Resíduos, Lavagem e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana para os Municípios do Douro Superior"

## PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

---

**Associação de Municípios do Douro Superior Fins Específicos.**  
**Avenida dos Combatentes da Grande Guerra Edifício GAT**  
**5160-217 Torre de Moncorvo**  
**Portugal (PT)**

Telefone: (+351) 279 200 740

Email:  
[geral@amdourosuperior.pt](mailto:geral@amdourosuperior.pt)

Site: [www.amdourosuperior.com](http://www.amdourosuperior.com)

---

## **ÍNDICE**

Artigo 1.º Identificação do Concurso .....	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante .....	4
Artigo 3.º Órgão que Tomou a Decisão de Contratar .....	4
Artigo 4.º Objeto.....	4
Artigo 5.º Local da Prestação de Serviços .....	5
Artigo 6.º Preço Base .....	5
Artigo 7.º Preço Anormalmente Baixo.....	5
Artigo 8.º Prazo da Vigência do Contrato .....	5
Artigo 9.º Regime da Prestação de Serviços.....	6
Artigo 10.º Condições de Pagamento.....	6
Artigo 11.º Peças do Procedimento .....	6
Artigo 12.º Consulta e Disponibilidade das Peças do Procedimento e Inspeção de Contentores .	6
Artigo 13.º Esclarecimentos e Júri .....	7
Artigo 14.º Agrupamentos .....	7
Artigo 15.º Impedimentos.....	8
Artigo 16.º Documentos que Constituem a Proposta.....	8
Artigo 17.º Apresentação de Propostas Variantes .....	9
Artigo 18.º Prazo e Modo de Entrega das Propostas .....	9
Artigo 19.º Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas .....	10
Artigo 20.º Critérios de Adjudicação .....	10
Artigo 21.º Possibilidade de Adoção de Ajuste Direto.....	11
Artigo 22.º Erros e Omissões .....	11
Artigo 23.º Abertura das Propostas, Publicação da Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas .....	12
Artigo 24.º Avaliação das Propostas .....	13
Artigo 25.º Relatório Preliminar .....	13
Artigo 26.º Audiência Prévia .....	13

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

Artigo 27.º Relatório Final.....	13
Artigo 28.º Adjudicação .....	14
Artigo 29.º Documentos de Habilitação.....	14
Artigo 30.º Caução .....	15
Artigo 31.º Execução da Caução .....	16
Artigo 32.º Despesas e Encargos do Adjudicatário.....	16
Artigo 33.º Celebração do Contrato .....	16
Artigo 34.º Contagem dos Prazos .....	17
Artigo 35.º Prevalência .....	17
Artigo 36.º Principal Legislação Aplicável .....	17
Artigo 37.º Foro Competente .....	17
ANEXOS .....	18
ANEXO A – MODELO DE DECLARAÇÃO .....	20
ANEXO B – MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO.....	21
ANEXO C – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA / SEGURO CAUÇÃO Nº .....	22
ANEXO D – REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	23

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**Artigo 1.º Identificação do Concurso**

Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia com a referência interna Concurso Público Internacional n.º 1/2025, relativo à “Prestação de Serviços de Gestão de Recolha e Transporte de Resíduos, Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana para os Municípios do Douro Superior”.

**Artigo 2.º Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante é a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (adiante designada apenas por AMDSFE), Pessoa Coletiva n.º 503 518 689, com sede na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 5160-217 Torre de Moncorvo, Portugal, com os seguintes contactos:

Telefone: 279 200 740

E-mail: [geral@amdourosuperior.pt](mailto:geral@amdourosuperior.pt)

Endereço eletrónico: [www.amdourosuperior.pt](http://www.amdourosuperior.pt)

**Artigo 3.º Órgão que Tomou a Decisão de Contratar**

A decisão de contratar foi tomada em reunião do Conselho Diretivo da AMDSFE, realizada em 14 de Abril de 2025, tendo sido determinado o procedimento de concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) de acordo com os limites ao valor do contrato previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, e considerando que o valor do contrato excede os 215.000,00€, de acordo com Regulamento Delegado UE 2021/1952 de 10.11.2021, termos em que o procedimento de contratação pública por concurso público obriga à publicidade internacional, a assegurar através de Anúncio publicado nos termos do previsto no artigo 131.º do CCP.

**Artigo 4.º Objeto**

1. O presente concurso tem por objeto a adjudicação de uma proposta, de acordo com as condições específicas do presente Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos, para celebração de um contrato para a Prestação de Serviços de Gestão de Recolha e Transporte de Resíduos, Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana para os Municípios do Douro Superior (Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa).
2. Os serviços destinam-se genericamente a assegurar a Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior, de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados;

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados a Aterro; Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores de Superfície e Enterrados e Limpeza Urbana para as Sedes de Concelho de Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa

**Artigo 5.º Local da Prestação de Serviços**

1. Os serviços que consubstanciam o objeto do contrato a celebrar, serão prestados nos concelhos de Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.
2. Os resíduos recolhidos serão transportados para o Parque Ambiental do Nordeste Transmontano, situado no Lugar de Urjais, ao Km 5 da Estrada Municipal n.º 603, Freguesia de Frechas e concelho de Mirandela.

**Artigo 6.º Preço Base**

O preço base do presente procedimento, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, é de €20.029.427,36 (vinte milhões, vinte e nove mil quatrocentos e vinte e sete euros e trinta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um período de duração contratual de 120 (cento e vinte) meses.

**Artigo 7.º Preço Anormalmente Baixo**

Quando o preço ou o custo de uma proposta for inferior a 50% (cinquenta por cento) da média das propostas apresentadas pelos concorrentes, o preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos. A fixação de um preço anormalmente baixo prende-se com a necessidade de garantir que a prestação de serviços seja prestada dentro de um patamar mínimo de qualidade para que o serviço decorra com a devida normalidade e foi fixado atendendo à consideração de preços médios obtidos em procedimentos anteriores.

**Artigo 8.º Prazo da Vigência do Contrato**

1. A vigência do contrato a celebrar é de 120 (cento e vinte) meses a contar da data do visto do Tribunal de Contas ou declaração de efeito equivalente.
2. O presente procedimento não prevê a possibilidade de renovação, sem prejuízo da alteração do período contratual prevista no n.º 3 do artigo seguinte

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**Artigo 9.º Regime da Prestação de Serviços**

1. A prestação de serviços e a retribuição do adjudicatário serão efetuadas nos termos do previsto no Caderno de Encargos.
2. Com o objetivo de defesa do interesse público de assegurar a permanente adequação da prestação de serviços às exigências de higiene e salubridade pública, das políticas ambientais e à regularidade e continuidade do serviço público, a entidade adjudicante pode alterar as condições da prestação de serviços nos termos legalmente permitidos e das condições do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos.
3. No caso previsto no número anterior, e se se alterarem as condições da prestação de serviços que impliquem o aumento de preço ou de novos serviços, a entidade adjudicante compromete-se a pagar diretamente à adjudicatária o montante equivalente derivado quer da alteração dos preços unitários aplicáveis, quer por alteração do período contratual ou por extensão do objeto do contrato.

**Artigo 10.º Condições de Pagamento**

As faturas emitidas pela adjudicatária serão pagas nos termos previstos no Caderno de encargos.

**Artigo 11.º Peças do Procedimento**

O procedimento do concurso é composto pelas seguintes peças:

- i. Anúncio;
- ii. O presente Programa do Procedimento;
- iii. O Caderno de Encargos.

**Artigo 12.º Consulta e Disponibilidade das Peças do Procedimento e Inspeção de  
Contentores**

1. O presente Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos encontram-se patentes na AMDSFE, para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (das 9.00 às 13.00 horas e das 14.00 às 17.00 horas) nos dias úteis desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. As peças do concurso estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), disponibilizada pela empresa Acin-Icloud Solutions, Lda, desde o dia da publicação dos anúncios no Diário da República e no JOUE.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

3. Os serviços da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, registarão o nome, a morada e o endereço de correio eletrónico das entidades que efetuem pedidos de consulta.
4. Os concorrentes poderão inspecionar os contentores existentes, inteirando-se das respetivas condições de funcionamento da prestação de serviços. Os concorrentes podem requerer uma visita técnica aos equipamentos e infraestruturas no primeiro terço do prazo para a apresentação das propostas. A Entidade Adjudicante marcará um dia e hora para a realização da visita técnica à prestação de serviços.

**Artigo 13.º Esclarecimentos e Júri**

1. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri do procedimento.
2. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos até ao final do primeiro terço do prazo concedido para a apresentação das propostas.
3. Aos pedidos de esclarecimentos e sua prestação aplicar-se-á o disposto no art.º 50.º do CCP e devem ser dirigidos ao júri encarregue do procedimento através da plataforma eletrónica, indicada no artigo 12.º do presente Programa do Procedimento.
4. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo júri encarregue do procedimento, até ao final do segundo terço do prazo concedido para a apresentação das propostas, os quais serão disponibilizados na plataforma eletrónica indicada no artigo 12.º do presente Programa do Procedimento, na ferramenta esclarecimentos/comunicações.
5. O júri decide por maioria e será composto por 5 (cinco) elementos, 3 (três) efetivos e 2 (dois) suplentes, um dos quais presidirá com voto de qualidade e que terá por função conduzir o procedimento.
6. Os membros do júri prestarão declarações conforme minuta que constitui o Anexo XIII ao CCP.

**Artigo 14.º Agrupamentos**

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas coletivas, desde que pelo menos uma detenha como objeto social a prossecução de atividades objeto do contrato a celebrar, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta.



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

3. Em caso de adjudicação a um agrupamento de empresas, todos os membros desse agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, sob a forma de consórcio, agrupamento complementar de empresas ou de sociedade comercial anónima ou por quotas.

**Artigo 15.º Impedimentos**

1. Não podem ser concorrentes ou integrar um agrupamento as entidades que se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. São excluídos, independentemente da fase do procedimento em que se encontrem, os concorrentes relativamente aos quais se verifique que não cumprem qualquer das condições indicadas no Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), sem prejuízo da eventual responsabilidade civil pelos prejuízos causados à entidade adjudicante.

**Artigo 16.º Documentos que Constituem a Proposta**

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Formulário principal a que se refere a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto e o questionário devidamente preenchidos;
  - b) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) eletrónico, disponível através do link: <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>.
  - c) Proposta económica, sem inclusão do IVA, de acordo com o Modelo e com o Mapa de Quantidades e de Preço Unitário, cujas minutas se encontram nos Anexos I e II do Caderno de Encargos;
  - d) Documentos com os atributos da proposta relativos aos aspetos da execução do contrato que o concorrente se dispõe a celebrar, nos termos do estabelecido no Caderno de Encargos designadamente;
    - d.1 Proposta técnica;
    - d.2 Programa de trabalhos;
    - d.3 Plano de Equipamentos e meios técnicos, com características técnicas e afetação das viaturas e equipamentos aos diferentes trabalhos;



## **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

- d.4** Nota justificativa do preço, com mapas financeiros que incluam os elementos justificativos dos investimentos, custos com os meios humanos e materiais, nomeadamente custos com a manutenção de viaturas, custos com consumo de combustíveis, de pneus e custos administrativos;
- d.5** Estudos com indicação dos meios materiais, viaturas e equipamentos a afetar à prestação de serviços com indicação dos investimentos a realizar;
- e)** Documentos justificativos do preço anormalmente baixo, caso aplicável;
- f)** Lista de subcontratados ou tarefeiros.
2. Os documentos referidos no número anterior devem ser assinados com assinatura qualificada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no número um devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
4. Os documentos referidos no número um não podem ser redigidos em língua estrangeira.

### **Artigo 17.º Apresentação de Propostas Variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 18.º Prazo e Modo de Entrega das Propostas**

1. A data limite de entrega das propostas é até às 17 horas e 30 minutos do 48.º dia (incluindo-se na contagem sábados, domingos e feriados) a contar da data do envio do anúncio para o Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
2. Sempre que a data-limite para entrega das propostas ocorra aos sábados, domingos e feriados, a entrega das mesmas realizar-se-á no dia útil imediatamente a seguir.
3. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada de forma eletrónica, através da plataforma AcinGov.
4. Quando pela sua natureza, excessivo volume ou complexidade dos dados, não seja tecnicamente possível aos concorrentes submeter quaisquer documentos dos que constituam a proposta ou não possa ser apresentada nos termos do número anterior, devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, indicando no rosto a designação do procedimento e da entidade

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

adjudicante, o qual deve ser enviado diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para apresentação das propostas.

5. No caso da apresentação das propostas e dos documentos que a acompanham, que pela sua natureza ou por razões de impossibilidade técnica seja impossível a sua apresentação eletrónica, é admitida, dentro do prazo indicado no n.º 1, a apresentação em suporte físico ou em papel.
6. Os concorrentes devem assinar eletronicamente todos os documentos carregados na plataforma, mediante a utilização de certificado de assinatura qualificada.
7. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
8. À utilização da plataforma eletrónica da contratação pública é aplicável a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua versão atual.

**Artigo 19.º Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas**

As propostas são válidas por um prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas, renovando-se esse prazo por iguais e sucessivos períodos caso os concorrentes não se oponham expressamente a essa renovação até 10 (dez) dias antes da mesma se verificar.

**Artigo 20.º Critérios de Adjudicação**

1. As propostas dos concorrentes admitidos serão analisadas segundo um critério de adjudicação multifator, com o objetivo de se proceder à adjudicação da proposta mais vantajosa e que melhor corresponde aos interesses da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos e dos municípios dos concelhos abrangidos.
2. As propostas serão sujeitas a uma apreciação que atenderá aos seguintes fatores e subfatores com a ponderação que a seguir lhes é conferida:
  - a) Preço (P) – 50%
  - b) Mérito técnico da proposta (MT) - 50%:
    - i. MT1: Qualidade técnica da proposta apresentada: 40%;
    - ii. MT2: Programa de trabalhos: 20%;
    - iii. MT3: Qualidade dos mapas financeiros, da nota justificativa de preços: 10%;

## **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

- iv. MT4: Plano de Equipamento: 15%;
  - v. MT5: Investimentos e melhorias das instalações fixas: 15%.
- 
- 3. O modelo de avaliação das propostas consta do "Anexo D - Regulamento de Avaliação das Propostas" junto ao presente Programa do Procedimento, que dele faz parte integrante.
  - 4. Em caso de empate na pontuação final obtida na avaliação das propostas, será considerada a proposta que apresentar menor preço unitário para o serviço de recolha de resíduos.
  - 5. Em caso de empate no critério de desempate previsto no número anterior será efetuado um sorteio através do método "bola(s) preta(s), bola branca".
  - 6. Sem prejuízo das demais causas de exclusão das propostas legalmente previstas, serão excluídas as propostas cujo preço global seja superior ao preço base definido neste Programa do Procedimento

### **Artigo 21.º Possibilidade de Adoção de Ajuste Direto**

Poderá ser adotado um procedimento de ajuste direto para a celebração de um futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares ao objeto do contrato a celebrar na decorrência do presente concurso público, desde que verificadas os pressupostos constantes na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

### **Artigo 22.º Erros e Omissões**

- 1. Para além da possibilidade de pedido de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento esclarecimentos, até ao final do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão com competência para contratar, através da Plataforma AcinGov, a lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados e que digam respeito a:
  - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que considerem inexequíveis.
- 2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

3. As listas com a identificação dos erros e omissões serão imediatamente notificadas a todos aqueles que tenham adquirido ou venham a adquirir as peças do procedimento.
4. Nos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º, os concorrentes devem identificar, expressa e inequivocamente:
  - a) Os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, do qual não pode, em caso algum, resultar a violação de qualquer parâmetro base fixado no Caderno de Encargos;
  - b) O valor, incorporado no preço ou preços indicados na proposta, atribuído a cada um dos suprimentos a que se refere a alínea anterior.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente e até ao prazo previsto no n.º 2 do presente artigo, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, podendo ainda fazê-lo até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

**Artigo 23.º Abertura das Propostas, Publicação da Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas**

1. A Abertura das propostas será efetuada na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, pelo júri do procedimento, e realizar-se-á no 1º dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação de propostas.
2. Nos termos no n.º 1 do artigo 138.º o júri do concurso disponibilizará no dia da abertura do concurso na plataforma AcinGov a lista dos concorrentes que apresentaram proposta.
3. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista dos concorrentes podem reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2.
5. As propostas são divulgadas via plataforma ultrapassadas as situações descritas nos números 3 e 4 no presente artigo.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**Artigo 24.º Avaliação das Propostas**

O júri avalia as propostas em todos os seus atributos, com vista ao apuramento do preço da proposta para aplicação do critério de adjudicação e quanto aos restantes termos ou condições pode, para o efeito, pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as mesmas.

**Artigo 25.º Relatório Preliminar**

1. O júri, com base nas propostas e na análise que às mesmas tiver realizado, elaborará um relatório fundamentado, que integrará a informação e as propostas que devem ser apresentadas à entidade adjudicante para decisão do procedimento com a apreciação de cada uma face ao critério de adjudicação, por ordem decrescente de preço.
2. No relatório preliminar, o júri propõe também, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Para além das restantes causas de exclusão previstas na lei e no presente Programa do Procedimento, são excluídas as propostas recebidas fora do prazo fixado para a sua apresentação ou cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
4. Do relatório preliminar constará a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

**Artigo 26.º Audiência Prévia**

O relatório preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

**Artigo 27.º Relatório Final**

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda determinar a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final e proceder à escolha do adjudicatário.

**Artigo 28.º Adjudicação**

1. O órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou a indicada pelo júri de entre as propostas apresentadas.
2. Depois de tomada a decisão de adjudicação, por parte da adjudicante, será notificada aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do CCP.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
  - a) Não apresente os documentos de habilitação no prazo fixado no presente Programa do Procedimento;
  - b) Tenha falsificado qualquer documento de habilitação ou prestado falsas declarações;
  - c) Não preste, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe seja exigida;
  - d) Não compareça no dia, hora e local fixado para a outorga do contrato.
4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos notificará o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de cinco dias úteis, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
5. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a AMDSFE concederá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação dos documentos em falta, ou supressão de irregularidades detetadas, sob pena de caducidade da adjudicação.
6. Nos casos previstos nos números anteriores, a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos decide pela adjudicação à proposta ordenada no lugar subsequente.

**Artigo 29.º Documentos de Habilitação**

1. O adjudicatário deve entregar os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração de acordo com o Anexo A do presente procedimento;



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e), e h) do artigo 55.º do CCP, referentes aos Administradores e às Empresas;
  - c) Fotocópia do cartão de pessoa coletiva;
  - d) Certidão atualizada da respetiva Conservatória do Registo Comercial onde conste a denominação social, objeto, número de pessoa coletiva, sede, capital social, filiais, titulares dos corpos sociais e forma de vinculação ou código de acesso à certidão permanente;
  - e) Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo;
  - f) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas
2. O objeto social da empresa concorrente, bem como de todas as empresas do agrupamento concorrente, deverá prever a prestação de serviços no âmbito da gestão de recolha de resíduos urbanos;
  3. O adjudicatário deve apresentar os documentos referidos, através da mesma plataforma eletrónica, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da notificação de adjudicação.
  4. Será concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a supressão de irregularidades ou erros nos documentos apresentados a que alude o número anterior.
  5. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
  6. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

**Artigo 30.º Caução**

1. Nos termos do n.º 1 do art.º 88.º e do n.º 1 do art.º 89.º do CCP o adjudicatário deve prestar caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do IVA, no prazo de dez dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos no dia imediatamente subsequente.
2. A caução é prestada, nos termos previstos no art.º 90.º do CCP, por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, devendo obedecer aos modelos indicados nos Anexos B e C do presente Programa do Procedimento.



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

3. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada for considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% (dez por cento) do preço contratual.

**Artigo 31.º Execução da Caução**

1. Nos termos do art.º 296.º do CCP a caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato pode ser executada pela Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o fornecedor na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes desse fornecimento, no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos para efeito.
4. A caução é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

**Artigo 32.º Despesas e Encargos do Adjudicatário**

Todas as despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

**Artigo 33.º Celebração do Contrato**

1. A minuta do contrato a celebrar é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias úteis subsequentes à respetiva notificação.
2. Ao abrigo do disposto no artigo 104.º do CCP, a outorga do contrato deve ter lugar em suporte digital e no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
  - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

- c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP;
  - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
3. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
4. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade de consórcio agrupamento complementar de empresas ou de sociedade comercial anónima ou por quotas.
5. Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante.

**Artigo 34.º Contagem dos Prazos**

1. Caso não resulte expressamente de forma diversa, os prazos referidos nas peças concursais relativas à formação do contrato contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

**Artigo 35.º Prevalência**

As normas do presente Programa do Procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

**Artigo 36.º Principal Legislação Aplicável**

Em tudo quanto for omissa no presente programa do procedimento, observar-se-á o disposto no Decreto – Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro que aprovou o Código de Contratos Públicos, na sua versão atual e a respetiva legislação complementar.

**Artigo 37.º Foro Competente**

Para resolução de quaisquer litígios emergentes do presente procedimento será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa exclusão de qualquer outro.

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

O Presidente do Conselho Diretivo,





(José Carlos de Sá Meneses)

Associação dos Combatentes da Grande Guerra  
5160-217 TORRE DE MONCORVO

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**ANEXOS**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**ANEXO A – MODELO DE DECLARAÇÃO**

**(a que se refere a alínea a) do n.º.1 do Art.º 81.º do CCP)**

1 — .....(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica.....como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local),..... (data),..... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**ANEXO B – MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO**

Euros.: ..... €

Vai ..... (nome do adjudicatário), com sede em ..... (morada), depositar na ..... (sede, filial, agência ou delegação) do Banco ..... a quantia de ..... (por algarismos e por extenso) em dinheiro /em títulos ..... (eliminar o que não interessa) como caução exigida para..... (identificação do procedimento), nos termos do n.º 3 e n.º 4 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Associação de municípios do Douro Superior de Fins Específicos, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**ANEXO C – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA / SEGURO CAUÇÃO Nº**

(ELIMINAR O QUE NÃO INTERESSA)

Em nome e a pedido de ..... (adjudicatário), vem o (a) .....

(instituição garante), pelo presente documento, prestar a favor da Associação de municípios do Douro Superior de Fins Específicos, uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessa), até ao montante de ..... (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do ..... (identificação do procedimento), nos termos do n.º 6 e n.º 8 (para garantia bancária) ou n.º 7 e n.º 8 (para seguro caução) do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessa) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A/O presente garantia/seguro-caução permanece válida(o) até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada(o) ou alterada(o) sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



**ANEXO D – REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas, avaliadas e, em função disso, hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.
2. As propostas são avaliadas tendo em conta os fatores elementares e respetivos coeficientes de ponderação estabelecidos. Os fatores e subfatores serão pontuados numa escala crescente de cobertura entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos.
3. O mérito das propostas será aferido em função dos seguintes critérios, fatores e subfatores de análise, tal como consignados no artigo 20.º do Programa do Procedimento que integra os critérios de avaliação:

Fator	Subfator	Ponderação	
Preço (P)		50%	
Mérito Técnico (MT)	MT1: Qualidade técnica da proposta apresentada	40,00%	50%
	MT2: Programa de trabalhos	20,00%	
	MT3: Qualidade dos mapas financeiros, da nota justificativa de preços	10,00%	
	MT4: Plano de Equipamento	15,00%	
	MT5: Investimentos e melhorias das instalações fixas	15,00%	

4. A proposta economicamente mais vantajosa corresponderá à que obtiver a melhor pontuação final (PF), arredondada às centésimas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PF = 0,50 \times P + 0,50 \times MT$$

Em que:

PF: Pontuação final atribuída a cada concorrente

P: Pontuação atribuída ao preço proposto

MT: Pontuação atribuída ao mérito técnico

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**Fator Preço (P)**

1. A análise das propostas em face do fator *Preço (P)* será operacionalizada através da atribuição de pontuação a cada proposta apresentada.
2. O fator será pontuado no intervalo fechado entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos
3. A forma para a valorização é a seguinte:

$$Pontuação = \left\{ \left( \frac{Preço\ Base - Valor\ da\ Proposta\ em\ análise}{Preço\ Base} \right) \times 100 \right\}$$

Sendo que

- Preço base do concurso (PB) = 20.029.427,36€

**Fator Mérito Técnico da Proposta (MT)**

1. A avaliação das propostas neste critério será efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$MT = (0,40 \times MT1) + (0,20 \times MT2) + (0,1 \times MT3) + (0,15 \times MT4) + (0,15 \times MT5)$$

2. Cada subfator será pontuado no intervalo fechado entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos.
3. Para preenchimento dos subfatores, as propostas serão avaliadas tendo em conta a seguinte grelha de avaliação:

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**Subfactor "Qualidade técnica da proposta apresentada" (MT1):**

<b>MT1: Qualidade técnica da proposta apresentada</b>	<b>Pontuação</b>
Proposta técnica muito boa, bem estruturada e de fácil leitura, em que analisem todos os serviços propostos em pormenor, demonstre preocupações sociais com os seus trabalhadores e trabalhadores de outras organizações que vão interagir com a prestação de serviços, e demonstre preocupações ambientais onde seja claro o tipo de mitigações das consequências ambientais associadas aos serviços a prestar.	100
Proposta técnica boa, bem estruturada e de fácil leitura, em que se analisem todos os serviços propostos em pormenor, se demonstre preocupações sociais com os seus trabalhadores e trabalhadores de outras organizações que vão interagir com a prestação de serviços, e que se demonstre preocupações ambientais, sem que, no entanto, seja claro o tipo de mitigações das consequências ambientais associadas aos serviços a prestar.	75
Proposta técnica razoável, bem estruturada e de fácil leitura, em que se analisem todos os serviços propostos em pormenor, se demonstre preocupações sociais com os seus trabalhadores e trabalhadores de outras organizações que vão interagir com a prestação de serviços, e não se demonstre preocupações ambientais.	50
Proposta técnica medíocre, bem estruturada e de fácil leitura, em que se analisem todos os serviços propostos em pormenor, não se demonstre preocupações sociais com os seus trabalhadores e trabalhadores de outras organizações que vão interagir com a prestação de serviços, e não se demonstre preocupações ambientais.	25
Proposta técnica fraca, em que não se analisem todos os serviços propostos em pormenor, não se demonstre preocupações sociais com os seus trabalhadores e trabalhadores de outras organizações que vão interagir com a prestação de serviços, e não se demonstre preocupações ambientais.	5

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**Subfator "Programa de Trabalhos" (MT2):**

<b>MT2: Programa de Trabalhos</b>	<b>Pontuação</b>
Programa de trabalhos muito bom, que apresenta um cronograma temporal completamente especificado quanto ao mês, semana, dia e hora para a realização dos trabalhos com uma descrição muito completa desses mesmos serviços quanto ao momento em que serão realizados.	100
Programa de trabalhos bom, que apresenta um cronograma temporal especificado quanto à semana, dia e hora para a realização dos trabalhos com uma descrição completa desses mesmos serviços quanto ao momento em que serão realizados.	80
Programa de trabalhos razoável que apresenta um cronograma temporal com os elementos suficientes para perceber a realização dos trabalhos com uma descrição suficiente quanto a esses mesmos serviços e ao momento em que serão realizados.	50
Programa de trabalhos medíocre, que não apresentar um cronograma temporal com os elementos adequados para perceber a realização dos trabalhos e integra uma descrição insuficiente quanto a esses mesmos serviços e ao momento em que serão realizados.	30
Programa de trabalhos fraco, omissos quanto ao cronograma temporal e aos elementos adequados para perceber a realização dos trabalhos, não integrando uma descrição quanto a esses mesmos serviços e ao momento em que serão realizados.	10

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**Subfator "Qualidade dos mapas financeiros e da nota justificativa de preços" (MT3):**

<b>MT3: Qualidade dos mapas financeiros, da nota justificativa de preços</b>	<b>Pontuação</b>
Mapas financeiros, da nota justificativa de preços são muito bons e permitem aferir claramente os meios propostos pelo concorrente na sua proposta.	100
Mapas financeiros, da nota justificativa de preços são bons e permitem aferir os meios propostos pelo concorrente na sua proposta.	80
Mapas financeiros, da nota justificativa de preços são razoáveis e permitem aferir minimamente os meios propostos pelo concorrente na sua proposta.	50
Mapas financeiros da nota justificativa de preços são medíocres mas permitem aferir em parte os meios propostos pelo concorrente na sua proposta.	30
Mapas financeiros da nota justificativa de preços são fracos e não permitem aferir os meios propostos pelo concorrente na sua proposta.	10

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**Subfator " Plano de Equipamento" (MT4):**

<b>MT4: Plano de Equipamento</b>	<b>Pontuação</b>
Completo, indica exaustivamente a quantidade e a caracterização dos equipamentos a afetar à prestação de serviços. Apresenta boa afetação e diversidade de meios a utilizar, sendo perfeitamente compatível com o plano de trabalhos apresentado e/ou meios humanos. Apresenta 100% soluções informáticas para além do exigido no Caderno de Encargos traduzindo-se numa mais valia para o serviço. Preferência a afetação de equipamentos com menor impacte ambiental.	100
Corretamente elaborado, indicando de modo detalhado a quantidade e caracterização dos meios mecânicos a utilizar. Apresenta satisfatória afetação e diversidade de meios a utilizar, sendo compatível com o plano de trabalhos apresentado e/ou meios humanos. Apresenta as soluções informáticas exigidas no Caderno de Encargos. Alguma afetação de equipamentos com menor impacte ambiental.	80
Elaborado de forma simplificada, indicando de modo sucinto a quantidade e caracterização dos meios mecânicos a utilizar. Apresenta razoável afetação e diversidade de meios a utilizar, apresentando eventualmente pequenas incompatibilidades com o plano de trabalhos apresentado e/ou meios humanos.	50
Incompleto ou demasiado genérico na indicação da quantidade e caracterização do equipamento a utilizar. Apresenta fraca afetação e/ou diversidade de meios a utilizar, apresentando eventualmente manifestas incompatibilidades com o plano de trabalhos apresentado e/ou meios humanos.	30
Incompleto na indicação da quantidade e caracterização do equipamento a utilizar. Apresenta fraca afetação e/ou diversidade de meios a utilizar, apresentando eventualmente manifestas incompatibilidades com o plano de trabalhos apresentado e/ou meios humanos.	10

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO | CPI N.º 1/2025**

**Subfator " Investimentos e melhorias das instalações fixas" (MT5):**

<b>MT5: Investimentos e melhorias das instalações fixas</b>	<b>Pontuação</b>
Investimentos e melhorias das instalações fixas, totalmente especificados e detalhados e que permitem aferir claramente todos os investimentos e melhorias propostas pelo concorrente	100
Investimentos e melhorias das instalações fixas, suficientemente especificados que permitem aferir dos principais investimentos e melhorias propostas pelo concorrente	80
Investimentos e melhorias das instalações fixas, razoavelmente especificadas e detalhadas e que permitem aferir em parte os principais investimentos e melhorias propostas pelo concorrente	50
Investimentos e melhorias das instalações fixas, pouco especificados e detalhadas e que permitem aferir em parte as melhorias propostas pelo concorrente	30
Simples indicação dos investimentos e melhorias propostas pelo concorrente para as instalações fixas	10